MOBLY S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01
NIRE nº 35.3.00561.20-1

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025**

- 1 DATA, HORA E LOCAL:** No dia 30 de abril de 2025, às 12:30 horas, de forma exclusivamente digital, sendo considerada como realizada na sede social da Mobly S.A. (“**Companhia**”), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090.
- 2 CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 13, e parágrafo 2º, do estatuto social da Companhia (“**Estatuto Social**”). Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Marc Dominic Appelhoff foi representado por procuração pelo Sr. Philipp Christopher Steinhäuser, nos termos do artigo 13, *caput* e parágrafo 6º do Estatuto Social. A formalização do registro da presença dos membros do Conselho de Administração se deu pelo Presidente e pela Secretária da mesa, mediante assinatura da presente ata. Presentes, ainda, representantes do escritório Yazbek Advogados, assessores legais do Conselho de Administração, e da CVPAR, assessores financeiros do Conselho de Administração.
- 3 MESA:** Presidente: Marcelo Rodrigues Marques; Secretária: Fabiana Franco Ferrarezi.
- 4 ORDEM DO DIA:** Discutir e deliberar sobre a manifestação do Conselho de Administração sobre a oferta pública de aquisição de controle da Companhia, conforme Edital publicado em 15 de abril de 2025 por Regain Participações Ltda. and Paul Jean Marie Dubrule (“**OPA**”).
- 5 DELIBERAÇÕES:** Instalada a reunião do Conselho de Administração, após a discussão da matéria constante da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por maioria, registradas as abstenções dos Srs. Marc Dominic Appelhoff e Philipp Christopher Steinhäuser, a manifestação do Conselho de Administração sobre a OPA. Conforme extensão de prazo concedida pela B3, a manifestação desde Conselho sobre a OPA deverá ser finalizada até 6 de maio de 2025 e incluída no **Anexo I** à esta ata. A manifestação do Conselho de Administração foi preparada para os fins e na forma do artigo 21 do Regulamento do Novo Mercado, artigo 40 da Resolução CVM 85 e artigo 16, item (xxviii) do Estatuto Social.

Os Srs. Marc Dominic Appelhoff e Mr. Philipp Christopher Steinhäuser apresentaram declaração de voto, na forma do **Anexo II** à esta ata.
- 6 ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Manifestação final do Conselho de Administração sobre a OPA emitida em 6 de maio de 2025 e incluída no Anexo I à esta ata. Manifestação de voto dos Srs. Marc Dominic Appelhoff e Philipp Christopher Steinhäuser recebida em 6 de maio de 2025 e incluída no Anexo II à esta ata.

- 7 **ASSINATURAS:** Mesa: Marcelo Rodrigues Marques – *Presidente*; Fabiana Franco Ferrarezi – *Secretária*. Membros do Conselho de Administração presentes: Marcelo Rodrigues Marques, Philipp Christopher Steinhäuser, Victor Pereira Noda, Marc Dominic Appelhoff (pp. Philipp Christopher Steinhäuser), Fernando Cezar Dantas Porfirio Borges, Daniel Vinicius Alberini Schrickte (Membro Independente) e Donato de Abreu Ramos (Membro Independente).

São Paulo, 30 de abril de 2025.

Mesa:

Marcelo Rodrigues Marques
Presidente do Conselho de Administração

Fabiana Franco Ferrarezi
Secretária

Philipp Christopher Steinhäuser
Conselheiro

Victor Pereira Noda
Conselheiro

Marc Dominic Appelhoff
(pp. Philipp Christopher Steinhäuser)
Conselheiro

Fernando Cezar Dantas Porfirio Borges
Conselheiro

Daniel Vinicius Alberini Schrickte
Conselheiro Independente

Donato de Abreu Ramos
Conselheiro Independente

MOBLY S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01
NIRE nº 35.3.00561.20-1

ANEXO I
À ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025

Manifestação do Conselho de Administração sobre a OPA

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA MOBLY S.A. A RESPEITO DA OFERTA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DO CONTROLE PROPOSTA POR REGAIN PARTICIPAÇÕES LTDA. E PAUL JEAN MARIE DUBRULE

1. Em cumprimento ao disposto no artigo 21 do regulamento do segmento especial de listagem Novo Mercado¹ da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, no artigo 40 da Resolução CVM nº 85/2022², e no artigo 16, inciso (xxviii), do estatuto social da Mobly S.A.³ (“Companhia” ou “Mobly”), o conselho de administração apresenta o seu parecer fundamentado acerca da oferta pública voluntária para aquisição de ações ordinárias para aquisição do controle da Companhia (“OPA”), lançada por Regain Participações Ltda. (“Regain”) e Paul Jean Marie

¹ “Art. 21 O conselho de administração da companhia deve elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da referida OPA, no qual se manifestará, ao menos: I - sobre a conveniência e a oportunidade da OPA quanto ao interesse da companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; II - quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à companhia; III - a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado. Parágrafo único. O parecer do conselho de administração deve abranger a opinião fundamentada favorável ou contrária à aceitação da OPA, alertando que é de responsabilidade de cada acionista a decisão final sobre a referida aceitação.”

² “Art. 40. Caso o conselho de administração da companhia objeto decida se manifestar de modo favorável ou contrário à aceitação da OPA para aquisição de controle: I – a manifestação deve abordar todos os aspectos relevantes para a decisão do investidor, sobretudo o preço oferecido na OPA; II – a manifestação deve descrever as alterações relevantes na situação financeira da companhia objeto ocorridas desde a data das últimas demonstrações financeiras ou informações trimestrais divulgadas ao mercado; e III – cópia da manifestação deve ser divulgada ao mercado por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores.”

³ “Art. 16. Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração: [...] (xxviii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações (‘OPA’) que tenha por objeto ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado.”

Dubrulle (“Paul Dubrulle” e, em conjunto com Regain, “Ofertantes”), conforme edital publicado em 15/04/ 2025 (“Edital” e “Parecer”).

2. Este Parecer abordará: **(i)** as principais características da OPA; **(ii)** os fatos antecedentes relacionados à OPA; **(iii)** a análise sobre a conveniência e a oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, em especial em relação **(a)** aos vícios do Edital; **(b)** ao preço ofertado e **(c)** aos potenciais impactos para a liquidez das ações; **(iv)** as alterações relevantes na situação financeira da Companhia ocorridas desde a data das últimas demonstrações financeiras divulgadas ao mercado; **(v)** os planos estratégicos divulgados pelos Ofertantes em relação à Companhia; **(vi)** eventuais alternativas à aceitação da oferta disponíveis em mercado; e **(vii)** a conclusão do conselho de administração pela recomendação de rejeição da OPA.

3. Para assessorar o conselho de administração na análise objeto deste parecer, em cumprimento aos seus deveres fiduciários, foram contratados o escritório Yazbek Advogados como assessor jurídico especial, e a CVPAR Investimentos Ltda., como assessora financeira.

I. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA OPA

4. A OPA tem como Ofertantes a Regain, sociedade cujo capital é integral e indiretamente detido pelo Sr. Régis Dubrulle e pela Sra. Ghislaine Dubrulle, e o Sr. Paul Dubrulle (conjuntamente com Régis Dubrulle e Ghislaine Dubrulle, “Família Dubrulle”). Os membros da Família Dubrulle são fundadores da Estok Comércio e Representações S.A. (“Tok&Stok”) e, atualmente, detêm 38,89% das ações da referida companhia, cujo controle foi adquirido pela Mobly em novembro de 2024.

5. Nos termos do Edital, a OPA tem por objeto a aquisição do controle da Mobly visando à aquisição de até a totalidade das 122.763.403 (cento e vinte e dois milhões, setecentos e sessenta e três mil, quatrocentos e três) ações ordinárias de emissão da Companhia, condicionada à aquisição de, pelo menos, 61.381.702 (sessenta e um milhões, trezentos e oitenta e um mil, setecentos e duas) ações ordinárias de emissão da Mobly, representativas de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do capital social da Companhia.

6. O preço oferecido para cada ação objeto da OPA é de R\$ 0,68 (sessenta e oito centavos). Em correspondência enviada à Companhia em 23/04/2025, os Ofertantes indicaram que assumiam “*o compromisso de pagar em dobro aos acionistas da Companhia quaisquer valores eventualmente pagos de forma ilegal à home24 e/ou a partes a ela*”

relacionadas” e que publicariam um aditamento ao Edital alterando o preço nesses termos⁴. Até o presente momento, não houve publicação de qualquer aditamento ao Edital.

7. O Edital prevê a possibilidade de alteração ou revogação da OPA a critério dos Ofertantes, entre outras situações, caso não verificadas as seguintes condições até às 18h do dia 14/05/2025 (item 2.9):

- (i) a aprovação, pela assembleia geral de acionistas da Mobly, da alteração do estatuto social que resulte na extinção integral da obrigação de realização de oferta pública por atingimento de participação acionária relevante (*poison pill*), prevista nos artigos 35 a 40 do estatuto social, bem como dos consequentes ajustes estatutários pertinentes (“Reforma Estatutária”) (item 2.9, “iv”, “a” do Edital); e
- (ii) a obtenção de renúncia formal dos credores das debêntures emitidas pela Tok&Stok, quanto ao eventual direito de declarar o vencimento antecipado da dívida, em razão da ocorrência de eventos relacionados ao sucesso da OPA, à entrada em vigor da Reforma Estatutária e/ou à verificação de quaisquer outros eventos futuros indicados no Edital (item 2.9, “iv”, “b” do Edital).

II. CONTEXTO DE FORMULAÇÃO DA OPA E FATOS ANTECEDENTES

Histórico de envio de correspondências da Família Dubrule

8. Em 28/02/2025, a Companhia recebeu correspondência da Família Dubrule comunicando a sua intenção não vinculante de formular uma oferta pública de aquisição de ações da Companhia, com a finalidade de adquirir, no mínimo, ações representativas de 69,2% do capital social da Mobly, por um preço de R\$0,68 por ação⁵. Adicionalmente, a correspondência indicava como condições para a realização da oferta, dentre outras, a realização de reforma estatutária para a exclusão da cláusula de *poison pill* e a anuência de debenturistas da Tok&Stok, que deveriam renunciar ao direito de declarar o vencimento antecipado da dívida em razão da reforma estatutária e da troca de controle em caso de sucesso da OPA.

9. A manifestação de intenção foi analisada em reunião do conselho de administração, com a presença da diretoria, que esclareceu que⁶:

⁴ Cf., fato relevante divulgado pela Companhia em 23/04/2025.

⁵ Cf., fato relevante divulgado pela Companhia em 01/03/2025.

⁶ Cf., fato relevante divulgado pela Companhia em 04/03/2025.

- (i) o preço proposto de R\$0,68 por ação refletia um expressivo desconto de (a) 51% em relação à cotação de fechamento do dia 28/02/2025 (R\$1,39); (b) 53% em relação à média dos últimos 30 pregões (R\$1,44); e (c) de 83% em relação ao valor patrimonial por ação considerado no aumento de capital concluído em 10/12/2024 (R\$4,08);
- (ii) os termos da proposta eram incompletos, não vinculantes e sujeitos a alterações unilaterais pelos próprios proponentes; e
- (iii) até aquele momento, acionistas representando, em conjunto, 40,6% do capital social da Companhia haviam indicado não ter interesse em alienar as suas ações nos termos propostos, impossibilitando a aquisição, pela Família Dubrule, da participação mínima indicada na manifestação.

10. Em 09/03/2025, a Família Dubrule encaminhou nova manifestação à Companhia, também em caráter não vinculante⁷. No documento enviado, a Família Dubrule (i) indicou que o desconto em relação à cotação das ações teria sido baseado em análises conduzidas a partir de informações públicas da Mobly e se justificaria pela baixa liquidez das ações da Companhia e dos riscos associados à sua gestão e endividamento; (ii) afirmou que seria inviável lançar o edital da oferta antes de realizar tratativas com os debenturistas da Companhia e antes da reforma estatutária para a exclusão da cláusula de *poison pill*; e (iii) informou a intenção de reduzir o número mínimo de ações exigido para o sucesso da oferta, fixando-o em 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação de emissão da Mobly.

11. Em 27/03/2025, a Home24 Holding Gmbh & Co. Kg (“Home24”) – acionista detentora de 44,38% do capital social da Companhia – enviou correspondência à Mobly solicitando a inclusão na ordem do dia da próxima assembleia geral de deliberações sobre (i) a alteração do art. 36, *caput*, do estatuto social, e (ii) sujeito a condições suspensivas, a exclusão dos arts. 35 a 40 do estatuto social, visando a redução do preço a ser pago em eventual oferta pública por aquisição de participação relevante, com efeitos imediatos, e a retirada da cláusula de *poison pill*⁸, com eficácia condicionada à obtenção das anuências dos debenturistas da Tok&Stok.

12. O conselho de administração examinou tal pedido e aprovou a inclusão das matérias requeridas na ordem do dia da assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia convocada para 30/04/2025. Em cumprimento aos seus deveres fiduciários, o conselho de administração recomendou a rejeição da matéria pelos acionistas, uma vez que a proposta

⁷ Cf., fato relevante divulgado pela Companhia em 10/03/2025.

⁸ Cf., fato relevante divulgado pela Companhia em 28/03/2025.

“destrói valor para todos os acionistas ao remover prematuramente a proteção contra aquisições, na ausência de uma oferta vinculante e a um preço justo pelas ações e pelo controle da Companhia”⁹.

13. Em 03/04/2025, a Família Dubrule encaminhou nova correspondência à Mobly, manifestando a intenção de realizar a capitalização de R\$ 100 milhões na Companhia, caso a OPA viesse a ter sucesso¹⁰.

14. Em fato relevante de 04/04/2025, a administração da Mobly esclareceu, entre outros pontos, que:

- (i) a Família Dubrule não havia publicado qualquer edital de OPA, de modo que o compromisso de capitalização e a potencial oferta anunciados permaneciam não vinculantes; e
- (ii) a afirmação da Família Dubrule de que faria a capitalização sem causar diluição injustificada dos acionistas da Mobly parecia incongruente, considerando o preço excessivamente baixo proposto nas correspondências a respeito da potencial OPA, soando como ameaça de ampla diluição daqueles que não aderissem à futura oferta.

15. Diante disso e da ausência de garantias mínimas quanto aos compromissos anunciados, o conselho de administração, novamente, em atendimento aos seus deveres fiduciários, reforçou a sua recomendação para que os acionistas rejeitassem as propostas de alteração e exclusão da cláusula de *poison pill* na assembleia de 30/04/2025.

16. Em 15/04/2025, a Companhia recebeu carta dos Ofertantes encaminhando o Edital, com termos materialmente equivalentes àqueles que já haviam sido anunciados meses antes nas correspondências anteriores da Família Dubrule à Mobly e divulgadas ao mercado a pedido dos Ofertantes¹¹.

17. Em 18/04/2025, o Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”), na qualidade de debenturista da Tok&Stok, convocou assembleia geral de debenturistas da Tok&Stok, para deliberar sobre a renúncia ao direito de declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de eventual liquidação da OPA, que seria realizada em 29/04/2025. Em 25/04/2025, tendo em vista o fato relevante publicado pela Mobly em 22/04/2025 (do qual se tratará na próxima subseção), o Santander cancelou a convocação da referida assembleia.

⁹ Cf., fato relevante divulgado pela Companhia em 28/03/2025.

¹⁰ Cf., fato relevante divulgado pela Companhia em 04/04/2025.

¹¹ Cf., fato relevante divulgado pela Companhia em 15/04/2025.

18. Em 30/04/2025, a assembleia geral da Companhia rejeitou, por maioria, as propostas de alteração e exclusão da *poison pill* do estatuto social da Mobly. Por força de decisão proferida pela 1ª Vara Empresarial e de Conflitos de Arbitragem de São Paulo nessa mesma data em processo judicial instaurado pela Mobly (como será descrito abaixo), os efeitos das deliberações tomadas no conclave encontram-se suspensos, sem prejuízo do registro em ata dos votos proferidos¹².

19. Assim, até o momento, as condições previstas no Edital para a consumação da OPA não foram verificadas, tampouco renunciadas pelos Ofertantes.

Investigação interna e medidas tomadas pelo conselho de administração

20. Desde a combinação de negócios entre a Mobly e a Tok&Stok, a administração da Mobly iniciou um processo de otimização de processos e integração de sistemas, com o objetivo de identificar oportunidades de ganho de eficiência e sinergias operacionais.

21. No curso do processo de integração de sistemas, a administração da Mobly identificou o uso indevido, por parte de membros da Família Dubrule, de e-mails corporativos da Tok&Stok, mesmo após o seu desligamento da administração da companhia. Diante desses indícios, a diretoria da Mobly contratou a FTI, para realizar a coleta dos e-mails e assegurar a legitimidade da cadeia de custódia, bem como para conduzir uma investigação, com o objetivo de apurar eventuais condutas potencialmente incompatíveis com o interesse social.

22. A diretoria da Mobly também contou com a assessoria do Lefosse Advogados na análise das correspondências identificadas pela FTI. As conclusões das investigações e as evidências encontradas foram compartilhadas com o escritório Yazbek Advogados, que, como informado, foi originalmente contratado para assessorar o conselho de administração na análise da OPA.

23. Em resumo, durante a investigação interna, foram identificados, entre outros, indícios de atuação coordenada e não divulgada ao mercado entre membros da Família Dubrule, incluindo os Ofertantes, representantes do grupo XXXLutz Kg (“XXXLutz”) – controlador da Home24 –, e a Home24, com vistas à aquisição, pela Família Dubrule, de ações detidas na Companhia pela Home24, em condições diversas daquelas divulgadas pelos Ofertantes no Edital.

24. Nesse contexto, em reunião do conselho de administração realizada em 22/04/2025, as conclusões das investigações foram apresentadas aos membros do conselho. Diante das

¹² Cf., fato relevante divulgado pela Companhia em 30/04/2025.

evidências coletadas e das recomendações dos assessores contratados, em cumprimento dos seus deveres fiduciários perante a Companhia e todos os seus acionistas, os conselheiros deliberaram pela ratificação das medidas até então adotadas pela diretoria, bem como pela aprovação da adoção de medidas nas esferas administrativa, cível e criminal, com a devida atenção à proporcionalidade e adequação dos meios, para suspender atos em curso, apurar eventuais ilícitos e reparar os danos causados. Dentre as medidas tomadas, na mesma data, a administração protocolou junto à CVM um pedido de cancelamento da OPA e de apuração de responsabilidade dos envolvidos (“Denúncia”).

25. As informações a respeito das investigações conduzidas e medidas adotadas foram divulgadas em fato relevante de 22/04/2025.

26. Em 23/04/2025, os Ofertantes enviaram correspondência à Mobly em que afirmaram inexistir acordos com acionistas da Companhia ou com pessoas vinculadas. Não obstante, como mencionado acima, os Ofertantes indicaram que:

“solicitaram à B3 autorização para publicar aditamento ao Edital (‘Edital Aditado’) assumindo o compromisso irrevogável e irretratável de pagar a todos os acionistas da Companhia que vierem a alienar suas Ações no âmbito da Oferta montante correspondente a 2 (duas) vezes o valor por Ação eventualmente pago a maios à home24 e/ou a partes a ela relacionadas, antes e/ou após a realização do Leilão, nos termos a serem previstos no Edital Aditado e sem prejuízo das sanções e consequências cabíveis em decorrência da eventual violação, pelos Ofertantes, ao artigo 4º, incisos II e III, da Resolução CVM 85 e demais regras aplicáveis” (grifou-se).

27. Até o presente momento, não houve publicação de qualquer aditamento ao Edital.

28. Ademais, a correspondência enviada pelos Ofertantes à Mobly não foi subscrita pela instituição intermediária da OPA, responsável, nos termos do art. 8º, § 4º da Resolução CVM 85, por garantir a liquidação financeira da OPA e o pagamento do preço de compra.

29. Em fato relevante divulgado em 23/04/2025, a Companhia esclareceu que as declarações apresentadas pelos Ofertantes contradiziam os indícios identificados na investigação interna, ressaltando que, dentre os documentos identificados, há indícios de:

- (i) negociações e entendimentos contínuos entre o Sr. Regis Dubrule e executivos sêniores do grupo XXXLutz, no período entre outubro de 2024 e março de 2025 – incluindo, dentre outros, minutas de acordo de exclusividade entre a XXXLutz e a Família Dubrule para alienação de ações detidas pela Home24 na Mobly, mensagens sobre transferências de recursos em contas do exterior com a finalidade de comprar

ações detidas pela Home24 na Mobly, e negociação de valores para a compra das ações detidas pela Home24 adicionais àqueles que seriam ofertados ao mercado na OPA, inclusive por meio de acordo de *non-competete*; e

- (ii) coordenação entre Sr. Regis Dubrule e XXXLutz quanto ao pedido apresentado pela Home24 para a alteração e a exclusão da cláusula de *poison pill* do estatuto social da Mobly e compromisso da Home24 de adesão à OPA.

30. A Companhia registrou, ainda, que a assunção “*de forma inusitada e sem precedentes no Brasil, o compromisso de pagar em dobro aos acionistas da Companhia quaisquer valores eventualmente pagos de forma ilegal à home24 e/ou a partes a ela relacionadas*” representa “*um claro desafio às autoridades brasileiras para que comprovem ilícitos praticados por meio de pagamentos e transações no exterior*”.

31. Em 25/04/2025, a CVM encaminhou ofícios, solicitando manifestações até 05/05/2025:

- (i) da Home24 e de seu acionista controlador e dos Ofertantes sobre a Denúncia; e
- (ii) do BTG Pactual CTVM S.A., instituição intermediária da OPA (“Instituição Intermediária”), sobre, entre outros aspectos, a regularidade da oferta, à luz do disposto no art. 4º, II e IV, da Resolução CVM 85, bem como “*a necessidade de suspensão da OPA, a fim de que seus termos possam ser ajustados de modo a eliminar qualquer irregularidade que eventualmente exista, ou a necessidade de que a Oferta seja cancelada, devido à presença de vícios insanáveis em seu âmbito*”.

32. Na mesma data, a CVM enviou ofício complementar solicitando a manifestação da Home24 e de seu controlador, até 28/04/2025, a respeito “*do impedimento de voto na assembleia de acionistas convocada para 30/04/2025*”, bem como solicitou “*informar se a Home24 pretende exercer direito de voto*”, e “*as razões pelas quais entende que, ao apresentar à Companhia proposta de reforma estatutária, a Home24 forneceu à administração da Mobly todas as informações de seu conhecimento relacionadas ao tema ou que pudessem impactar a avaliação da sua proposta pelos demais acionistas da Mobly.*”

III. ANÁLISE SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DA OPA

33. Pelos motivos que serão expostos abaixo, o conselho de administração entende que a OPA não atende aos melhores interesses da Companhia e que a sua aceitação pelos acionistas não é conveniente e nem oportuna.

IV.1. OS INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA OPA

34. Em primeiro lugar, a aceitação da OPA não é conveniente e nem oportuna, uma vez que a OPA apresenta potenciais irregularidades insanáveis, que podem levar, após a devida apuração por parte da CVM, ao seu cancelamento, nos termos do art. 4º, § 2º, inciso III, da Resolução CVM 85/2022¹³.

35. Como mencionado, após investigação interna, a administração da Companhia apurou a existência de indícios de coordenação não divulgada ao mercado entre membros da Família Dubrule, a XXXLutz e a Home24, para a aquisição pela Família Dubrule de ações detidas pela Home24 na Mobly em condições diversas daquelas propostas aos demais acionistas no âmbito da OPA. Constataram-se, ainda, indícios de atuação coordenada entre a Família Dubrule, a XXXLutz e a Home24 com o objetivo de aprovar a exclusão da cláusula de *poison pill* do estatuto social da Companhia, de modo a viabilizar a OPA.

36. A existência de tratativas paralelas assegurando à Home24 e/ou à XXXLutz vantagens adicionais àquelas conferidas ao restante dos acionistas na OPA, se confirmada, representaria a concessão de tratamento não equitativo entre os destinatários da OPA, em violação ao disposto no art. 4º, inciso II, da Resolução CVM 85/2022¹⁴. O referido dispositivo também foi violado pelos Ofertantes ao manter tais tratativas em segredo, privando os acionistas de informação essencial para a compreensão de toda a dimensão relacionada à OPA e à potencial aceitação da oferta pela maior acionista da Mobly.

37. Além disso, a eventual existência de acordo para alienação da participação da Home24 na Companhia também implicaria em violação ao art. 8º, §1º, da Resolução CVM 85/2022¹⁵, que impõe ao ofertante o dever de fornecer informações verdadeiras e suficientes sobre a OPA. Isso porque, consta do Edital¹⁶ informações potencialmente inverídicas no sentido de que:

¹³ “Art. 4º [...] § 2º A CVM pode determinar, a qualquer tempo: [...] III – o cancelamento da OPA, quando verificar que ela apresenta irregularidade ou ilegalidade insanável”.

¹⁴ “Art. 4º Na realização de uma OPA devem ser observados os seguintes princípios: [...] II – a OPA deve ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à companhia objeto e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da OPA;”

¹⁵ “Art. 8º [...] § 1º O ofertante é responsável pela veracidade, qualidade e suficiência das informações fornecidas à CVM e ao mercado, bem como por eventuais danos causados à companhia objeto, aos seus acionistas e a terceiros, por culpa ou dolo, em razão da falsidade, imprecisão ou omissão de tais informações”.

¹⁶ A Família Dubrule também declarou publicamente, em carta encaminhada à Mobly e divulgada em fato relevante de 23/04/2025, que inexistiam quaisquer acordos visando a transferência de participação societária entre os Ofertantes e a Home24: “*inexistem quaisquer acordos para a transferência de participação acionária celebrados entre, de um lado, os Ofertantes e/ou pessoas a eles vinculadas e de outro lado, quaisquer dos acionistas da Companhia e/ou pessoas a eles vinculadas. Inexistem, ainda, quaisquer acordos ‘com vistas à aquisição pela Família Dubrule de ações detidas na Companhia pela Home24 em condições diversas àquelas divulgadas pelos ofertantes no edital da OPA’*”.

- (i) “[o]s Ofertantes e Pessoas Vinculadas aos Ofertantes, na data deste Edital, não são partes ou beneficiários de quaisquer contratos, pré-contratos, opções, cartas de intenção ou quaisquer outros atos jurídicos dispondo sobre a aquisição ou alienação de valores mobiliários de emissão da Companhia” (item 7.1., “vii” do Edital); e
- (ii) “[o]s Ofertantes e Pessoas Vinculadas aos Ofertantes não celebraram, nos últimos 6 (seis) meses, qualquer contrato, pré-contrato, opção, carta de intenção ou qualquer outro ato jurídico similar com a Companhia, seus administradores, acionistas titulares de ações representando mais de 5% (cinco por cento) das ações de emissão da Companhia, ou qualquer pessoa vinculada a tais pessoas” (item 7.1, “viii” do Edital).

38. Em cumprimento aos seus deveres fiduciários, respaldada nas recomendações dos assessores contratados, a administração da Companhia apresentou tais evidências às autoridades competentes, tendo protocolado Denúncia junto à CVM. A autarquia instaurou processo administrativo para investigar as alegações e as evidências apresentadas e, após a adoção das medidas necessárias à devida instrução do processo, concluirá sobre a existência ou não de irregularidades na OPA podendo, em caso positivo, determinar o seu cancelamento.

IV.2. O PREÇO DA OPA É EXCESSIVAMENTE BAIXO E OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELOS OFERTANTES EM AUMENTAR O PREÇO SÃO INCOMPATÍVEIS COM A REGULAMENTAÇÃO

39. Além de apresentar potenciais vícios insanáveis que podem levar ao cancelamento da OPA, o conselho de administração entende que o preço oferecido é vil e incompatível com o preço justo das ações de emissão da Companhia.

40. Isso porque, o preço oferecido na OPA – de R\$0,68 por ação – reflete um expressivo desconto em relação ao valor de mercado e ao valor patrimonial contábil das ações de emissão da Mobly. Nesse sentido, e como já informado no fato relevante divulgado em 04/03/2025, o valor oferecido na OPA representa relevantes descontos:

- (i) de **51%** sobre a **cotação de fechamento do pregão** do dia 28/02/2025 (R\$1,39) e de **53% sobre o preço médio ponderado** de negociação das ações dos últimos 30 pregões (R\$1,44); e
- (ii) de **82% sobre o valor patrimonial** por ação em 30/09/2024 (R\$3,87) ou 83% sobre o valor patrimonial por ação em 30/06/2024 (R\$4,08), utilizado como

parâmetro de **preço de emissão no último aumento de capital** da Companhia aprovado na assembleia geral extraordinária de 20/09/2024.

41. Na mesma linha, e como reconhecido pelos próprios Ofertantes no item 2.6.4 do Edital, o preço por ação da OPA corresponde a deságios relevantes, de: **(i) 32%** sobre o preço de fechamento das ações em 11/04/2025; **(ii) 39,2%** sobre a média ponderada do preço das ações nos 30 dias corridos anteriores ao dia 11/04/2025, inclusive; e **(iii) 47,3%** sobre a média ponderada do preço das ações nos últimos 90 dias corridos anteriores ao dia 11/04/2025, inclusive.

42. Ainda no mesmo sentido, note-se que todas as metodologias de avaliação das ações de emissão da Companhia adotadas no laudo de avaliação elaborado pela CVPAR, com o objetivo de subsidiar a análise da conveniência e oportunidade da OPA por parte deste conselho de administração, indicaram um preço por ação significativamente superior a R\$ 0,68.

43. Portanto, o preço oferecido na OPA é substancialmente inferior tanto à cotação em bolsa das ações, quanto ao seu valor patrimonial, não representando, no entendimento do conselho de administração, após consultado o assessor financeiro da Companhia, uma precificação adequada das ações de emissão da Companhia.

44. De acordo com os Ofertantes, o preço proposto na OPA se justificaria pela baixa liquidez das ações da Companhia e pelos riscos associados à gestão da Companhia, “*que carrega endividamento superior a R\$ 600 milhões e, desde o seu IPO, não gera lucro*”¹⁷. Entretanto, as informações publicamente disponíveis sobre o desempenho econômico-financeiro da Mobly não suportam, na visão do conselho de administração, a fixação do preço por ação no patamar de R\$0,68, que representa desconto excessivo em relação à percepção do próprio mercado sobre os negócios da Companhia.

45. Por fim, a proposta dos Ofertantes de “*pagar a todos os acionistas da Companhia que vierem a alienar suas Ações no âmbito da Oferta montante correspondente a 2 (duas) vezes o valor por Ação eventualmente pago a maior à home24 e/ou a partes a ela relacionadas, antes e/ou após a realização do Leilão, nos termos a serem previstos no Edital Aditado*”¹⁸ tampouco é adequada.

46. A esse respeito, é importante notar, de início, que tal proposta sequer foi refletida em edital aditado, de modo que não pode ser considerado um preço formalizado no âmbito

¹⁷ Cf., fato relevante divulgado pela Companhia em 4 de abril de 2025.

¹⁸ Cf., correspondência encaminhada pelos Ofertantes para a Mobly em 23 de abril de 2025, divulgada por meio de fato relevante publicado na mesma data.

da OPA e, portanto, não deve ser levado em consideração para a decisão a ser tomada pelo conselho de administração acerca da aprovação ou rejeição da oferta.

47. De todo modo, a vinculação do preço da OPA a um eventual acordo paralelo – cujos termos sequer são de conhecimento dos acionistas – afronta diretamente a regulamentação aplicável às ofertas públicas de aquisição de ações. Com efeito, a Resolução CVM nº 85/2022 exige expressamente que a OPA seja conduzida de forma a assegurar tratamento equitativo a todos os seus destinatários, garantindo-lhes acesso a informações completas, verdadeiras e transparentes, de modo a viabilizar uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da oferta¹⁹. A ausência de critérios objetivos e claros para a definição do preço, somada à incerteza quanto à existência e aos termos do suposto acordo, compromete a previsibilidade e a segurança da OPA, em manifesta afronta à regulamentação.

48. Além disso, o compromisso de pagar aos acionistas o dobro dos valores que teriam sido pagos à Home24 e ou a pessoas a ela relacionadas consiste, em si, em uma afronta ao tratamento igualitário entre os acionistas na OPA, uma vez que propõe condições diferenciadas entre os acionistas da Companhia.

49. Por todos esses motivos, o conselho de administração entende que, além do preço atualmente proposto para a OPA ser excessivamente baixo e não representar contraprestação justa para a participação societária dos acionistas, a declaração de que eventuais valores irregularmente pagos à Home24 seriam pagos em dobro aos demais acionistas não passa de uma afirmação retórica, desprovida de lógica, e que não encontra respaldo na regulamentação em vigor.

IV.3. EVENTUAIS IMPACTOS DA OPA NA LIQUIDEZ DOS VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO DA COMPANHIA

50. Além dos pontos acima tratados, cumpre ao conselho de administração, no escopo deste parecer, manifestar-se acerca de eventuais dos efeitos da OPA sobre a liquidez das ações da Companhia.

51. Embora a Mobly não tenha acionista majoritário, a Companhia tem como acionistas relevantes a Home24, fundos geridos pela SPX Private Equity Gestão de Recursos Ltda. e pela CTM Investimentos Ltda., que detêm, respectivamente, 44,38%,

¹⁹ Cf. art 4º, inciso II, da Resolução CVM 85: “Art. 4º Na realização de uma OPA devem ser observados os seguintes princípios: [...] II – a OPA deve ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à companhia objeto e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da OPA”.

13,03% e 11,9% do capital social da Mobly²⁰. As demais ações de emissão da Companhia são detidas por acionistas pessoas físicas e jurídicas e representam 24,52% do capital social da Companhia²¹.

52. Em caso de êxito da OPA, os Ofertantes poderão vir a adquirir uma participação que pode variar de 50% (cinquenta por cento) + 1 (uma) ação até a totalidade das ações em circulação da Companhia. O efetivo impacto da OPA sobre a liquidez das ações dependerá diretamente do grau de adesão dos acionistas à oferta.

53. Até o presente momento, conforme investigação interna conduzida pela Companhia, há elementos que sugerem que a Home24 aderirá à OPA. Em relação aos demais acionistas, embora seja razoável supor que o grau de adesão à oferta será baixo – uma vez que, como mencionado acima, o preço oferecido na OPA é muito inferior à cotação das ações em mercado e ao seu valor patrimonial, não representando um preço justo pelas ações de emissão da Companhia – não é possível, neste momento, determinar quantos acionistas aderirão à oferta e, conseqüentemente, prever, com precisão, a redução de liquidez em razão da OPA.

54. Além disso, não obstante a possibilidade de aquisição de até a totalidade das ações de emissão da Mobly na OPA, a Companhia deve manter ações em circulação em um dos seguintes patamares mínimos, em observância ao Regulamento do Novo Mercado: **(i)** 20% do capital social; ou **(ii)** 15% do capital social, desde que o volume financeiro médio diário de negociação das ações da Companhia, nos últimos 12 (doze) meses, seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)²². Nos termos do item 1.7 do Edital, caso a Mobly deixe de manter o percentual mínimo de ações em circulação previsto no Regulamento do Novo Mercado em decorrência da OPA, a Companhia solicitará à B3, se necessário, a concessão de prazo de 18 meses para assegurar o seu reenquadramento no Regulamento do Novo Mercado.

55. Não é possível, nesta fase, precisar a eventual necessidade de adoção de medidas para recomposição da dispersão acionária, o que dependerá do percentual final de ações mantidas em circulação após a conclusão da OPA e da observância dos limites previstos no

²⁰ Além disso, 6,16% das ações de emissão da Companhia são detidas por administradores da Companhia. Cf. item 6.5 da versão 7 do formulário de referência da Mobly relativo ao ano de 2024, divulgado em 08/04/2025.

²¹ Cf. item 6.5 da versão 7 do formulário de referência da Mobly relativo ao ano de 2024, divulgado em 08/04/2025.

²² “Art. 10. A companhia deve manter ações em circulação em percentual correspondente a, no mínimo: 20% (vinte por cento) do capital social; ou 15% (quinze por cento) do capital social, desde que o volume financeiro médio diário de negociação das ações da companhia se mantenha igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), considerados os negócios realizados nos últimos 12 (doze) meses, observado o disposto no Art. 86.”.

Regulamento do Novo Mercado. Não obstante essa indefinição, a eventual necessidade de adoção de medidas para a recomposição da dispersão acionária poderá ser desafiadora para a Companhia, considerando especialmente a situação atual do mercado de capitais brasileiro.

V. PLANOS ESTRATÉGICOS DIVULGADOS PELOS OFERTANTES EM RELAÇÃO À COMPANHIA

56. Em relação aos planos estratégicos divulgados pelos Ofertantes, estes afirmaram acreditar “*firmemente em sua capacidade de mudar a trajetória tortuosa que a Mobly vem traçando desde o seu IPO, criando um projeto de varejo de móveis e decoração bem-sucedido no Brasil, como foi o da Tok&Stok ao longo do período em que foi conduzida pelos Ofertantes*”.

57. Tal afirmação, além de retórica e genérica, não encontra respaldo na realidade. Nesse sentido, o conselho de administração reforça a seriedade e o comprometimento da administração da Mobly na condução dos negócios da Companhia, mesmo diante dos desafios enfrentados em decorrência do contexto macroeconômico adverso, bem como inerentes ao setor em que a Companhia atua.

58. Além disso, quanto à atuação dos Ofertantes à frente da gestão da Tok&Stok, embora tenham afirmado se tratar de trajetória “de mais de 40 anos de sucesso”²³, é importante notar que, nesse período, a empresa, enquanto controlada e administrada pela Família Dubrule, apresentou alto endividamento. Além disso, membros da Família Dubrule, após a alienação do controle da Tok&Stok, permaneceram na administração da companhia, tendo sido posteriormente desligados após não conseguirem aprimorar a sua situação financeira.

59. Desde a aquisição do controle da Tok&Stok pela Mobly, a administração da Companhia tem implementado uma série de mudanças na empresa, visando a redução de custos e despesas, otimizando a sua estrutura administrativa, e espera obter sinergias relevantes e aumentar a geração de caixa do grupo, a partir da implementação de mudanças adicionais no modelo operacional da Tok&Stok²⁴.

²³ Cf., correspondência encaminhada pelos Ofertantes à Mobly em 03/04/2025, divulgada ao mercado por meio de fato relevante divulgado em 04/04/2025.

²⁴ Cf., fato relevante divulgado pela Mobly em 04/04/2025: “desde o fechamento da aquisição da Tok&Stok em novembro de 2024, a administração da Companhia já implementou uma série de medidas para redução de custos e despesas do grupo e geração de caixa, incluindo otimização da estrutura administrativa, redução de custos com licenças de TI, redução de custos junto a fornecedores nacionais, redução de CDs, redução de custos com fretes, entre outros, que resultaram em mais de R\$22 milhões em sinergias contratadas (até fevereiro de 2025). No entanto, para que diversas outras sinergias relevantes já em andamento possam ser

60. Nos termos do item 1.5 do Edital²⁵, os Ofertantes manifestaram a intenção de realizar medidas de capitalização da Mobly, caso a OPA seja bem-sucedida, nos seguintes termos:

“Finalmente, em 3 de abril de 2025, os Ofertantes, dentre outras considerações, assumiram publicamente o compromisso irrevogável e irretroatável de, condicionado à obtenção da Anuência dos Debenturistas e ao sucesso da Oferta, adotar todas as medidas necessárias para que: (i) aportem R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) na Companhia, observada a legislação societária; (ii) as Debêntures Tok&Stok de sua titularidade, no valor atualizado de R\$ 56.487.542,00, conforme data-base de 31 de março de 2025, sejam convertidas em ações de emissão da Mobly; e (iii) seja capitalizado o crédito devido pelos Ofertantes contra a Tok&Stok, no valor atualizado de R\$ 68.790.859,00, conforme data-base de 31 de março de 2025 (os itens (i) a (iii) anteriores, em conjunto, referidos como as “Medidas de Capitalização”). Conforme ressaltado pelos Ofertantes na ocasião, as Medidas de Capitalização serão adotadas em estrita observância, em todos os seus termos, condições e aspectos, à governança interna da Companhia, bem como à regulamentação e à legislação aplicáveis – inclusive, sem limitação, ao disposto nos artigos 170, § 1º, e 171 da Lei das S.A., de modo que os acionistas da Mobly que optem por não alienar suas ações no contexto da Oferta não sejam injustificadamente diluídos em razão da implementação das Medidas de Capitalização.”

61. A esse respeito, não foi apresentado qualquer estudo ou análise que demonstre a viabilidade e a adequação de tais medidas à realidade da Companhia. É de se lembrar que a Família Dubrule também apresentou tais medidas como uma alternativa à alienação do controle da Tok&Stok para a Mobly, o que foi considerado inviável e foi rejeitado pelos então controladores e credores da Tok&Stok.

62. Não obstante o disposto acima, caso tais medidas de capitalização venham a ser efetivamente propostas, o conselho de administração deverá se manifestar no momento oportuno, conforme e nos limites das suas competências e responsabilidades. De todo modo, e em linha com esclarecimentos já prestados pela Companhia²⁶, o conselho de administração

capturadas, são necessárias mudanças ainda mais amplas no modelo operacional da Tok&Stok, e que vêm sendo implementadas pela Companhia, tais como redução de custos de importação, unificação da logística do grupo, implementação de dropshipping e criação de marketplace para Tok&Stok, entre outros, e que podem gerar sinergias e geração de caixa no montante de R\$80 milhões a R\$135 milhões em cinco anos”. No mesmo sentido, cf. nota 2.2. das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2024: “A aquisição da Tok&Stok, formalizada em outubro de 2024, representa um pilar fundamental do plano de transformação da Companhia, conforme detalhado na nota explicativa nº 2.4. A operação viabiliza a captura de sinergias operacionais relevantes, com impacto estimado positivo sobre margens, estrutura de capital e fluxo de caixa nos exercícios seguintes. As principais melhorias esperadas envolvem: Redução de despesas gerais e administrativas, por meio da integração de estruturas e racionalização de processos; Aproveitamento de escala nas compras, com consequente melhoria de margem bruta; Otimização da estrutura logística e de distribuição, mediante consolidação de centros de distribuição e rotas; Integração comercial entre canais das marcas Mobly e Tok&Stok (cross-selling e expansão do marketplace)”.

²⁵ Cf., no mesmo sentido, correspondência encaminhada pelos Ofertantes à Mobly em 03/04/2025, divulgada ao mercado por meio de fato relevante divulgado em 04/04/2025.

²⁶ Cf., fato relevante divulgado pela Companhia em 04/04/2025.

desde já ressalta a importância da observância dos critérios estabelecidos no art. 170, §1º, da Lei nº 6.404/1976 na fixação do preço de emissão das ações em aumento de capital, a fim de evitar a diluição injustificada dos acionistas.

63. Adicionalmente, conforme investigação interna conduzida pela Companhia, há elementos que sugerem que os Ofertantes avaliam o fechamento de lojas e operações da Mobly após a aquisição de controle, o que não constou em nenhuma das correspondências da Família Dubrule e dos Ofertantes, ou no Edital da OPA.

VI. ALTERAÇÕES RELEVANTES NA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

64. Não houve alterações relevantes na situação financeira da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras anuais completas relativas ao exercício social findo em 31/12/024 que impactem na percepção do conselho de administração sobre o preço ofertado na OPA.

VII. ALTERNATIVAS À ACEITAÇÃO DA OPA

65. Como alternativa à aceitação da OPA, os acionistas da Companhia poderão optar pela não-aderência à OPA, mantendo a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade. Os acionistas da Companhia poderão, ainda, alienar as ações de sua titularidade por meio de transações privadas e/ou no ambiente de bolsa administrado pela B3, em que, até a presente data, as ações de emissão da Mobly têm sido negociadas a preço superior em relação àquele oferecido na OPA.

66. Adicionalmente, no caso de realização da OPA, após o leilão, os acionistas que não aderirem à OPA e desejarem vender as suas ações poderão apresentar um pedido ao escriturador das ações da Companhia para tal efeito, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização do leilão (prorrogado, se necessário, para o primeiro dia útil após o trigésimo dia contado da data de realização do leilão), sendo que os Ofertantes estarão obrigados a adquirir tais ações pelo preço por ação divulgado no Edital, conforme estabelecido no item 3.5 do Edital.

67. Por fim, vale notar que o conselho de administração não tem ciência da intenção de qualquer investidor de apresentar proposta de oferta pública de aquisição de ações concorrente à OPA.

VIII. CONCLUSÃO: REJEIÇÃO DA OPA

68. Diante de todas as considerações constantes deste Parecer, em observância às normas aplicáveis e em cumprimento aos deveres fiduciários perante a Companhia e todos

os seus acionistas, o conselho de administração manifesta-se **contrariamente** à aceitação da OPA pelos acionistas da Mobly.

69. O conselho de administração alerta, porém, que a decisão quanto à aceitação ou recusa da OPA cabe a cada acionista individualmente. Nesse sentido, o conselho de administração recomenda que os acionistas examinem atentamente o Edital e as informações publicamente disponíveis sobre a OPA, bem como analisem possíveis implicações financeiras, legais, fiscais e cambiais da OPA a que estão sujeitos, para tomada de uma decisão informada e refletida sobre a aceitação ou rejeição da OPA.

70. O Edital e os demais documentos relacionados à OPA foram disponibilizados nos websites da Companhia (<https://investors.mobly.com.br/>), da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>), da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/para-voce) e da Instituição Intermediária, assim como nas sedes da Companhia e da Instituição Intermediária.

MOBLY S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01
NIRE nº 35.3.00561.20-1

ANEXO II
À ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025

Manifestação de Voto
dos Srs. Marc Dominic Appelhoff e Philipp Christopher Steinhäuser

Marc e eu nos abstermos de votar nas matérias discutidas, tendo em vista que os documentos compartilhados foram disponibilizados sem o tempo necessário para análise e apenas em português, sem qualquer tradução para o inglês. Portanto, não tivemos tempo suficiente para realizar a análise completa do material. No entanto, no curto espaço de tempo que tivemos, pudemos identificar que as premissas utilizadas para preparar a manifestação parecem excessivamente otimistas, especialmente quando comparadas com relatórios de analistas existentes, desvios recentes de planos conservadores fornecidos em 2024 e 2025, etc. Por fim, reiteramos que não temos qualquer conflito de interesses. Como já foi esclarecido diversas vezes, não há acordos para a transferência de ações em condições diferentes daquelas oferecidas a todos os acionistas da Toky na oferta pública voluntária proposta pela Família Dubrule, nem há quaisquer vantagens ou benefícios econômicos recebidos ou a serem recebidos pela home24. Na ausência de quaisquer acordos, também não pode haver "evidências que sugiram que a home24 irá aderir à oferta pública de aquisição

Philipp Christopher Steinhäuser
Conselheiro

Marc Dominic Appelhoff
(pp. Philipp Christopher Steinhäuser)
Conselheiro